



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Sala 601, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2017, registramos o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 424 mil,

</

duzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na B3, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
- Devedores

...continuação



ÁGORA

Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Sala 601, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil								
Títulos (1)	2017				2016			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda								
Letras financeiras do tesouro	-	-	401.719	401.719	401.340	379	355.847	(99)
Certificados de depósito bancário	-	-	788	788	788	-	3.061	-
Notas do tesouro nacional.....	-	-	82	82	82	-	155	(4)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	483	(5)
Ações.....	-	-	-	-	-	-	31	(65)
Outros.....	-	-	41	41	41	-	-	-
Total em 2017	-	-	402.630	402.630	402.251	379	359.577	(173)
Total em 2016	31	3.604	355.942					

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e
(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 227 mil (2016 - R\$ (104) mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho - R\$ mil				
Acumulado em 30 de junho - R\$ mil				
	2017		2016	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	21.448		23.219	
Títulos de renda fixa	21.475		22.437	
Títulos de renda variável	(41)		(88)	
Total	42.882		45.568	

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos próprios nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Em 30 de junho - R\$ mil								
Operações de crédito	Curso anormal					Total (A)		
	Parcelas vencidas							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2017	%	2016
Financiamentos	-	-	-	-	96	96	6,2	2
Outros créditos (1).....	611	3	13	698	117	1.442	93,8	146
Total em 2017	611	3	13	698	213	1.538	100,0	
Total em 2016	2	1	5	27	113			148

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

Em 30 de junho - R\$ mil								
Operações de crédito	Curso normal					Total geral (A+B)		
	Total (B)							
	1 a 30 dias	2017	%	2016	%	2017	%	2016
Financiamentos	9.049	9.049	95,4	19.524	100,0	9.145	83,0	19.526
Outros créditos (1).....	436	436	4,6	-	-	1.878	17,0	146
Total em 2017	9.485	9.485	100,0			11.023	100,0	
Total em 2016	19.524			19.524	100,0			19.672

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

Em 30 de junho - R\$ mil												
Operações de crédito	Nível de risco								Total			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	2017	%	2016	%
Financiamentos	407	8.642	-	-	-	-	-	-	96	9.145	83,0	99,3
Outros créditos (1).....	5	377	512	153	16	12	627	23	153	1.878	17,0	0,7
Total em 2017	412	9.019	512	153	16	12	627	23	249	11.023		
%	3,7	81,8	4,7	1,4	0,1	0,1	5,7	0,2	2,3		100,0	
Total em 2016	472	19.052	2	1	5	14	4	7	115		19.672	
%	2,4	96,9	-	-	-	0,1	-	-	0,6			100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2017		2016	
	R\$	% (1)	R\$	% (1)
Maior devedor.....	666	6,0	1.976	10,0
Dez maiores devedores.....	3.640	33,0	8.863	45,1
Vinte maiores devedores.....	5.289	48,0	11.556	58,7
Cinquenta maiores devedores.....	7.856	71,3	15.508	78,8
Cem maiores devedores.....	9.430	85,6	18.086	91,9

(1) Em relação ao total da carteira - critério BACEN.

d) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Indústria.....	1	-	-	-
Comércio	4	-	219	1,1
Intermediários financeiros	26	0,3	-	-
Serviços.....	54	0,5	373	1,9
Agricultura, Pecuária, Pesca, Silvicultura	-	-	1	-
Pessoa física	10.938	99,2	19.079	97,0
Total	11.023	100,0	19.672	100,0

continua...



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Sala 601, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho - R\$ mil									
Saldo da carteira				Provisão					
Níveis de risco	Curso			%	Provisão requerida		2017	2016	Percentual mínimo requerido
	Normal	Anormal	Total		Genérica	Específica			
AA.....	412	-	412	3,8	-	-	-	-	-
A.....	9.019	-	9.019	81,8	45	-	45	95	0,50
B.....	-	512	512	4,6	-	5	5	-	1,00
C.....	54	99	153	1,4	2	3	5	-	3,00
Subtotal.....	9.485	611	10.096	91,6	47	8	55	95	
D.....	-	16	16	0,1	-	1	1	1	10,00
E.....	-	12	12	0,1	-	4	4	4	30,00
F.....	-	627	627	5,7	-	313	313	2	50,00
G.....	-	23	23	0,2	-	16	16	5	70,00
H.....	-	249	249	2,3	-	249	249	115	100,00
Subtotal.....	-	927	927	8,4	-	583	583	127	
Total em 2017.....	9.485	1.538	11.023		47	591	638		
%.....	86,0	14,0		100,0	7,4	92,6	100,0		
Total em 2016.....	19.524	148	19.672		95	127		222	
%.....	99,3	0,7		100,0	57,2	42,8		100,0	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Saldo inicial.....	217	199
Constituição líquida de reversão.....	449	130
Baixas para prejuízo.....	(28)	(107)
Saldo final - com características de concessão de crédito (A).....	638	222
Provisão específica (1).....	591	127
Provisão genérica (2).....	47	95
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B).....	91	91
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B).....	729	313

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior.

A Ágora CTVM não teve recuperação de créditos baixados como prejuízo e operações renegociadas, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição demonstrada a seguir:

Em 30 de junho - R\$ mil				
Outros créditos		Outras obrigações		
2017	2016	2017	2016	
Devedores/credores por conta de liquidação pendente.....	13.353	298.311	319.756	365.913
Caixa de registro e liquidação.....	12.013	20.638	490	197.414
Comissões e corretagens a pagar.....	-	-	1.012	1.451
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores.....	91	91	112	130
Total.....	25.457	319.040	321.370	564.908

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração.....	14	21
Total.....	14	21

b) Diversos

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Devedores por depósito em garantia.....	11.190	10.738
Créditos tributários (Nota 24c).....	5.340	4.928
Impostos e contribuições a compensar.....	2.336	2.318
Títulos e créditos a receber (Nota 7a).....	1.878	146
Adiantamentos e antecipações salariais.....	297	296
Outros.....	217	99
Total.....	21.258	18.525

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se, basicamente, ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros relativos a consultoria tecnológica.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Resultado de participação em controlada”.

Em 30 de junho - R\$ mil									
Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido ajustado	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Valor contábil 2017	2016	Resultado de equivalência patrimonial 2017	2016
Ágora Educacional Ltda.	1.574	2.070	85	1.574	99,999936	2.070	1.950	85	89

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2016 - R\$ 907 mil) referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da B3 no valor de R\$ 898 mil (2016 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Em 30 de junho - R\$ mil					
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação 2017	2016
Imobilizado de uso:					
- Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	1.779	(1.206)	573	403
- Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.603	(921)	682	182
- Sistema de processamento de dados.....	20%	13.496	(7.386)	6.110	5.022
Total em 2017.....		16.878	(9.513)	7.365	
Total em 2016.....		16.546	(10.939)		5.607

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por *software* e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 25.105 mil (2016 - R\$ 24.188 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 17.445 mil (2016 - R\$ 15.482 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Instituição.

II. Movimentação das provisões

Em 30 de junho - R\$ mil	
	Cíveis
No início do 1º semestre de 2017.....	5.645
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	(1.677)
Atualização monetária.....	318
No final do 1º semestre de 2017 (Nota 15b).....	4.286
No final do 1º semestre de 2016 (Nota 15b).....	3.720

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Ágora CTVM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as

ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2017, os processos com esta classificação são relativos à PIS, Cofins, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 31.254 mil (2016 - R\$ 29.837 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	12.251	12.406
Impostos e contribuições a recolher.....	1.640	1.566
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 24c).....	1.025	612
Total.....	14.916	14.584

b) Diversas

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Participação dos empregados nos lucros.....	5.849	5.066
Provisões cíveis (Nota 14b - II).....	4.286	3.720
Provisão para pagamentos a efetuar de despesas de pessoal.....	1.630	1.451
Provisão para pagamentos a efetuar de outras despesas administrativas.....	574	1.125
Provisões trabalhistas.....	-	594
Outras contingências.....	248	-
Total.....	12.587	11.956

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 284.000 mil (2016 - R\$ 284.000 mil) é representado por 14.271.890 (2016 - 14.271.890) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

Quantidade de ações				
	2017	2016	2017	2016
No início do 1º semestre.....	14.271.890	13.674.157	284.000	263.000
Aumento de Capital - AGO/AGE de 25.4.2016 (1).....	-	597.733	-	20.078
Aumento de Capital - AGO/AGE de 25.4.2016 (1).....	-	-	-	922
No final do 1º semestre.....	14.271.890	14.271.890	284.000	284.000

(1) Em 7.6.2016, foi homologada pelo BACEN, as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 25.4.2016, deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 21.000 mil, elevando-o de R\$ 263.000 mil para R\$ 284.000 mil, sendo o montante de R\$ 20.078 mil com a emissão de 597.733 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 33,590574266 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, mediante a utilização de créditos de sua titularidade existentes na Sociedade, provenientes de Dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.4.2015, e na Reunião de Diretoria de 30.4.2014; e o montante de R\$ 922 mil, sem emissão de ações, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária.

c) Reservas de lucros

Em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Reservas de lucros.....	181.336	216.379
- Reserva legal (1).....	7.542	5.272
- Reserva estatutária (2) (3).....	173.794	211.107

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Conforme Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 8 de setembro de 2016, deliberou-se pagar dividendos no montante de R\$ 80.000 mil, com a utilização de parte do saldo da rubrica “Reservas de Lucros - Estatutária”, cujo pagamento foi realizado em 8.9.2016.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Em 30.6.2017 o valor dos dividendos foi de R\$ 207 mil (2016 - R\$ 516 mil), registrados em “Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias”.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho:

R\$ mil		
	2017	2016
Lucro líquido.....	21.816	21.038
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(1.091)	(1.052)
Base de cálculo.....	20.725	19.986
Dividendos propostos.....	207	200
Percentual em relação à base de cálculo.....	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	14,50	14,01

17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Acumulado em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Rendas de corretagens de operações em bolsas.....	19.005	24.304
Rendas de serviços de custódia.....	5.532	3.792
Comissão de intermediação de ações.....	4.679	5.371
Taxa de administração.....	759	656
Comissões de colocação de títulos.....	344	69
Total.....	30.319	34.192

18) DESPESAS DE PESSOAL

Acumulado em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Proventos.....	5.032	4.453
Encargos sociais.....	1.566	1.556
Benefícios.....	1.546	1.554
Participação dos empregados nos lucros.....	1.265	2.058
Indenizações trabalhistas.....	1.088	-
Treinamentos.....	51	26
Provisões trabalhistas.....	-	23
Outras.....	-	486
Total.....	10.548	10.156

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acumulado em 30 de junho - R\$ mil		
	2017	2016
Serviços do sistema financeiro.....	9.358	11.906
Processamento de dados.....	6.295	6.904
Depreciações e amortizações.....	2.564	2.304
Aluguéis.....	1.912	3.400
Serviços técnicos especializados.....	1.354	1.871
Comunicação.....	1.181	2.073
Propaganda, promoções e publicidade.....	793	922
Manutenção e conservação de bens.....	357	336
Viagens.....	268	93
Serviços de terceiros.....	235	170
Materiais, água, energia e gás.....	160	348
Transporte.....	46	70
Outras.....	467	402
Total.....	24.990	30.799

continua...

ágORA

Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Sala 601, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Acumulado em

30 de junho - R\$ mil

2017

2016

Contribuição à Cofins3.2013.373

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....785807

Contribuição ao PIS.....520548

Outras.....4681

Total4.5524.809

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Acumulado em

30 de junho - R\$ mil

2017

2016

Receitas financeiras351520

Multas6317

Outras (1)2.688329

Total3.102866

1) Refere-se, basicamente, R\$ 509 mil (2016 - R\$ 329 mil) a incentivos concedidos pela B3; R\$ 900 mil levantamento de depósito judicial trabalhista; e R\$ 1.276 mil reversão de provisão de processos cíveis.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Acumulado em

30 de junho - R\$ mil

2017

2016

Outras despesas financeiras474209

Multas e juros40347

Provisões cíveis.....156323

Doações e patrocínios.....32100

Outras (1)324138

Total1.389817

(1) Refere-se, basicamente, R\$ 311 mil (2016 - R\$ 138 mil) a perdas operacionais com clientes.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

Em 30 de junho - R\$ mil

Controladores

Coligadas e Controladas

2017

2016

2017

2016

Ativos

Disponibilidades885969- -

Aplicações no mercado aberto.....334.000353.499- -

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....7883.061- -

Passivos

Dividendos.....(207)(516)- -

Acumulado em 30 de junho - R\$ mil

Controladores

Coligadas e Controladas

2017

2016

2017

2016

Receitas de intermediação financeira.....21.62823.382- -

Despesas de intermediação financeira.....- (137) - -

Outras receitas, líquidas de outras despesas operacionais222140- -

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2016 - R\$ 24 mil) para remuneração dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e

sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I - Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Acumulado em

30 de junho - R\$ mil

2017

2016

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social39.75638.093

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....(17.890)(17.142)

Efeito no cálculo dos tributos:

Participação em controlada.....3840

Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....(293)(178)

Outros valores (2).....205225

Imposto de renda e contribuição social do semestre(17.940)(17.055)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Acumulado em

30 de junho - R\$ mil

2017

2016

Impostos correntes:

Imposto de renda e contribuição social devidos.....(17.325)(17.233)

Impostos diferidos:

Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias(615)178

Total dos impostos diferidos.....(615)178

Imposto de renda e contribuição social do semestre(17.940)(17.055)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R\$ mil

Saldo em 31.12.2016

Constituição

Realização

Saldo em 30.6.2017

Provisão para créditos de liquidação duvidosa9643301691.125

Provisões cíveis.....2.288625741.776

Provisão para participação nos lucros/gratificações2.6085067742.340

Outros.....954-99

Total dos créditos tributários (Nota 9b) (1)5.9559021.5175.340

Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a) ..746279-1.025

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas5.2096231.5174.315

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3i). No que diz respeito aos efeitos temporários

produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil

Diferenças Temporárias

Imposto de renda

Contribuição social

Total

2017.....292162454

2018.....1.1867521.938

2019.....1.3899092.298

2020.....376231607

2021.....271643

Total3.2702.0705.340

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.111 mil (2016 - R\$ 4.623 mil).

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.025 mil (2016 - R\$ 612 mil) relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 151 mil e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 874 mil (2016 - R\$ 612 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

Aos Acionistas e aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro,

produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil			
Diferenças Temporárias			
Imposto de renda	Contribuição social	Total	
2017.....	292	162	454
2018.....	1.186	752	1.938
2019.....	1.389	909	2.298
2020.....	376	231	607
2021.....	27	16	43
Total	3.270	2.070	5.340

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.111 mil (2016 - R\$ 4.623 mil).

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.025 mil (2016 - R\$ 612 mil) relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 151 mil e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 874 mil (2016 - R\$ 612 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA	
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ	

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 14 de agosto de 2017

KPMG KPMG Auditores Independentes CRC 2SP028567/O-1 F SP André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2	
--	--

Quer saber o que acontece no Brasil e no mundo?

monitordigital.com.br

Experimente a informação de verdade

